

## CAPÍTULO III

### O OESTE: TERRA DE GUARANI

#### 3.1 A TRANSFORMAÇÃO DO OESTE EM COMPARTE DO BRASIL

A elaboração de um conhecimento historiográfico que tenha como objeto de análise os Guarani não requer o emprego de fontes produzidas exclusivamente por esses. Pelo contrário, quando a tradição oral se mostra insuficiente devido à longitude temporal, há que se fazer uso de documentação originária da sociedade nacional, no intuito de evidenciar a densidade e a longevidade da presença indígena neste território.

Escassos em razão da distância, que, mais do que propriamente geográfica, é, sobretudo de cunho político-administrativo, os registros existentes pouco elucidam a respeito do que se passa nestas paragens até o final do século XIX. Neste momento, advém à região a primeira frente de ocupação brasileira, decorrente do final da Guerra do Paraguai. Em outros termos, pondera-se que, desde então, é patente a intenção do exército de nacionalizar os setores mais a oeste do Império, diligência que, presume-se, deve-se concretizar através da instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, dentre outras providências que tem o propósito de coibir as atividades de companhias obrageras<sup>1</sup> com sede em outros países, principalmente na Argentina, estabelecidas nesta localidade.

A finalidade do Governo Imperial de trazer o *desenvolvimento* ao Oeste, expressa inicialmente na fundação da Colônia, traduz-se também na concessão ou locação de grandes extensões territoriais a empresas estrangeiras. Impõe-se a estas a obrigatoriedade de implementar uma infra-estrutura mínima que viabilize o povoamento efetivo destes confins. Sublinhe-se a

---

<sup>1</sup> Propriedades instaladas em regiões de clima subtropical, caracterizadas pela extração intensiva dos recursos naturais, erva-mate e madeira geralmente, e exploração indiscriminada da mão-de-obra dos trabalhadores (COLODEL, 1988).



conotação paradoxal das medidas estatais, uma vez que o objetivo essencial naquele período é a nacionalização das fronteiras.

As concessões imperiais permanecem vigentes aproximadamente até a década de 1930. Não representam, todavia, um fator significativo na edificação dos meios imprescindíveis para a colonização da região. Assegura-se, isto sim, que sua atuação é contraproducente, considerando-se que se empenham apenas na “exploração predatória dos recursos naturais, principalmente madeiras de lei e erva-mate, praticamente sem nenhum benefício para o país” (DOC. 36, 06.02.1990: 2).

Esses imensos campos, arrendados ou vendidos a preços insignificantes, alastrados do Norte ao Sul do Estado e independentemente de suas características parasitárias, instituem-se como uma prática corrente. Isto se justifica, pelo fato de que um importante volume das receitas governamentais têm origem nas taxações fixadas sobre as exportações de erva-mate e madeira executadas pelas companhias privadas. Reitere-se que os contratos de cessões de terras contêm sempre cláusulas que, supostamente, devem compelir as concessionárias a concretizar o soerguimento de uma infraestrutura básica que assegure a colonização do Oeste simultaneamente à exploração do solo e das florestas. Algumas poucas tentativas de povoação resultam destes empreendimentos, visto que grande parte das companhias reduz suas atividades à mera exploração de recursos naturais. Apesar da óbvia necessidade de mão-de-obra para a efetivação destas atividades, não há, nos tratados firmados com o governo, qualquer referência a populações que habitem esta área naquele período (SWAIN, In: AUBERTIN (org.), 1988; 19-37).

### 3.2 OS DONOS DA TERRA

Pretende-se a partir da elaboração deste item evidenciar a presença de indígenas nesta região antes que tenha início a colonização contemporânea da mesma. Este intento está fundamentado em fontes geradas por diferentes representantes da sociedade nacional, mesmo que rarefeitas, e em



circunstâncias em que a memória permitir, nas narrativas dos índios. Justifica-se este escopo pelo imperativo de desconstruir o que grande parte da historiografia circunscrita a temas locais tem contribuído para corroborar, ou seja, a idealização do Oeste enquanto um *vazio demográfico, sertão desabitado*, ao qual se povoa e faz progredir, com base na colonização de áreas supostamente vagas.

Atribui-se a conquista destes territórios que se presume ermos, às, designadas genericamente, *frentes pioneiras*, similares à *frontier* norte-americana (MARTIN, 1994). A imagem do deserto de gente é manipulada com o propósito de avalizar a incursão indiscriminada de trabalhadores nacionais por estas paragens. Alega-se que a oeste o avanço é lento e gradual, sem grandes movimentos populacionais, atribuindo a parca ocupação que distingue a zona à presença de “caboclos, posseiros e invasores que desmatam a floresta e praticam uma agricultura primitiva” (SWAIN, In: AUBERTIN (org.), 1988; 19-37: 25). Estas asseverações salientam a presunção de que as imediações se caracterizam pelo vazio, abandono e primitivismo, o que leva a crer que uma iniciativa colonizatória neste local pode ser deveras promissora.

Também chamado Planalto de Guarapuava, o Terceiro Planalto começa justamente na região dos Campos de Guarapuava e prossegue na direção do Oeste até às margens do rio Paraná (...). E, quanto mais se cogitava de penetrar o Oeste, mais aumentava a tendência ao abandono, mantendo-se, assim, o setor na condição de simples sertão (BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988: 17).

A representação de um Oeste paranaense desocupado ou pelo menos, destituído de pessoas habilitadas a alçá-lo às esferas do progresso é tributária das metas de expansão do capitalismo, “que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista” (MOTTA, 1994: 9). Diante desta concepção, possessões indígenas são qualificadas como espaços ideais a serem inseridos no âmbito da economia nacional e subseqüentemente capitalista. Atribui-se a preferência pelos sítios aludidos à suposta ociosidade que distingue estas terras e, ao mesmo tempo, à propalada fertilidade dos seus solos.



Conforme Motta (1994), os responsáveis pela projeção do imaginário das *terras virgens*, bem como pelo surgimento do mito do *pioneiro colonizador*, são agentes determinados da sociedade nacional. Através de discursos e ações, estes núncios dos poderes instituídos, dentre os quais se incluem as companhias colonizadoras, representantes governamentais, os geógrafos dos anos de 1930 a 1950 e historiadores desta mesma época, vinculados às Universidades e voltados para a pesquisa de temas paranaenses, fornecem o substrato que legitima a atuação dos conquistadores contemporâneos. Conquanto se atente para o papel desempenhado pelos segmentos citados, reputa-se que o elemento basilar na catalisação e centrifugação dessas noções utópicas é o livro didático. A repercussão que este tipo de material granjeia acaba por reificar para milhares de estudantes a quimera do *heroísmo pioneiro* e do *vazio demográfico*.

É interessante sublinhar que grande parte da historiografia relativa ao Oeste paranaense, os manuais destinados aos ensinos fundamental e médio e a memória coletiva, conjugam-se, perpetuando a idealização do processo colonizatório, uma conquista concretizada por obra do *povo escolhido*, que *civiliza* confins inabitados e corrobora o domínio sobre os terrenos anteriormente ocupados pelas sociedades nativas, rotulando-as como elementos da natureza. A expropriação dos territórios guaranis, desta forma, é endossada com base na presunção da superioridade dos neófitos sobre o *outro* e porque, afinal, está se transformando este setor em partícipe e cooperador do *desenvolvimento nacional*.

A ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim o norte e o oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna (MOTTA, 1994: 10).

A despeito da imagem do *vazio demográfico*, enfatize-se que os campos oestinos são ao longo do tempo habitados por indígenas, especificamente pelos Guarani. Em razão das circunstâncias impostas por outrem, que vão desde conquistadores espanhóis, jesuítas, *obrageros* argentinos



ou colonos brasileiros, dentre outros, o que se altera é a densidade populacional dos povos nativos presentes neste território. Destaque-se que não há carência de documentação comprobatória para este fato, considerando-se a abundância dos relatos jesuíticos passíveis de acesso, somados a trabalhos de cunho historiográficos e arqueológicos atinentes à temática.

Os Guaranis, por sua vez, desceram da Amazônia para o sul, pelos caminhos hidrográficos da bacia platina. Instalaram-se desde o sul do Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio, até a foz do rio da Prata, ocupando ainda o litoral sul-brasileiro (...) suas aldeias e os seus territórios de pesca e coleta ocuparam amplos espaços nos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos de seus afluentes (KERN, 1998: 104).

A densidade e a longevidade da existência de índios Guarani na região durante a época colonial encontram-se assaz ratificadas pelas diversas explorações efetivadas por pesquisadores de renome.<sup>2</sup> A finalidade capital desta averiguação, não obstante, é desvendar indícios que autorizem recuperar a permanência destes nativos no Oeste num passado recente, basicamente no período abrangido pelo final do século XIX até o termo da última centúria, com relevo para a etapa posterior à década de 1970.

A maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma Guarani, estreitamente afim ao linguajar das chamadas tribos Tupi, que dominavam quase todo o litoral brasileiro e grandes extensões do interior. À unidade lingüística daquelas tribos meridionais corresponde relativa unidade cultural (SCHADEN, 1974: 1; 1 ed. 1954).

Segundo apontamentos de Egon Schaden (1974; 1 ed. 1954), é possível encontrar no sul do Brasil, na época em que executa sua pesquisa, representantes de três subgrupos Guarani: são eles os *Ñandeva*, *Mbyá* e *Kaiowá*, divisão pertinente a diversidades lingüísticas e, igualmente, a particularidades no âmbito da cultura material e não material. Há que se referir, reiterando as querelas que marcam os habitantes do *Oco'y*, que não há

---

<sup>2</sup> Exemplo de obras que corroboram a existência dos Guarani na região do Guairá no período colonial, dentre outras são: SUSNIK, 1979/80, MELIÀ, 1988, SCHALLENBERGER, 1997 e KERN, 1998.



entre os membros da aldeia acordo sequer quanto à terminologia adequada dos segmentos que a compõe.

*Ñandeva*, ou *os que somos nós, os que são dos nossos*, é a forma como se autodenominam todos os Guarani. Para o grupamento no *Oco'y*, no entanto, esta é a sua única e exclusiva designação, ou seja, concebem apenas a si próprios como Guarani *de verdade*. Os *Mbyá*, ou *gente*, são explícitos: discordam deste ponto de vista, atribuindo ao subgrupo mencionado anteriormente a alcunha de *Xiripá*.

A nomenclatura arrogada aos *Mbyá*, por sua vez, se altera em demasia. Não há acordo na bibliografia quanto a sua nomenclatura, modificada em função de quem seja o pesquisador a citar estes índios. Assim, encontram-se alusões aos mesmos como *Kainguá*, *Kaiuá*, dentre outros. Em 1954, quando Schaden realiza visitas a várias aldeias, assegura que, ao adentrar o Oeste dos estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná, depara-se com uma série do que define como *hordas Mbyá*. Alega encontrar estes grupos no Posto de Xapecó, na aldeia de Palmeirinha. "Finalmente, encontram-se numerosos *Mbyá* na região florestal do leste paraguaio, especialmente no território de Guairá..." (SCHADEN, 1974: 3; 1 ed. 1954).

Respaldando-se nas informações do etnólogo referentes às migrações guaranis, é válido presumir que os *Mbyá* situados no Oeste paranaense, mais especificamente em Toledo, são provenientes do Leste paraguaio e Nordeste argentino. Para alcançar a região, supostamente, eles transpõem os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegando até o litoral de São Paulo. "Tenho notícias de três grupos, um vindo por volta de 1924, outro vindo em 1934 e um terceiro, que chegou em 1946, igualmente vindo do Paraguai meridional..." (SCHADEN, 1974: 3-5; 1 ed. 1954).

Com base em subsídios proporcionados por Curt Nimuendajú, Schaden (1946, apud 1974; 1 ed. 1954) enuncia que desde o primeiro quartel do século XIX sobrevêm migrações dos *Ñandeva* oriundos do Oeste paranaense em direção ao litoral paulista, sucedendo-se o último grande deslocamento em 1912. Indica, a partir de suas próprias explorações, a incidência de uma aldeia nesta região, denominada de Palmeirinha, às margens do rio Iguazu,



garantindo que os índios ali assentados, todos membros do subgrupo *Mbyá*, provêm do território de *Misiones* e da área contígua ao Leste do Paraguai. Somam, então, aproximadamente cento e quarenta pessoas, número difícil de determinar com exatidão, visualizando o grau de dispersão comum entre os Guarani. No extremo Sul do Mato Grosso, ele encontra outra Reserva, a de Jacareí ou Porto Lindo, localizada entre o rio Iguatemi e a Serra de Maracaju. Esta, habitada por volta de cento e vinte indivíduos, na maioria *Nandeva*, adentra as fronteiras paraguaias por pouco menos de três quilômetros.

É importante acrescentar às informações de Schaden, outros vestígios que contribuam para ratificar a efetividade da presença de índios Guarani no Oeste do Estado do Paraná, no final do século XIX. Há, por exemplo, as narrativas de Telêmaco Borba que, em 1863 destaca a *descoberta de índios hostis*, rotulados com este qualificativo pela recusa em se deixar *domesticar*, perambulando pelas matas do baixo rio Piquiri, Ivaí e Iguazu (BORBA, 1908). Ao mesmo tempo, dispõe-se da descrição proferida por um integrante da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná: “em 1891 foi requisitado pelo Chefe da Comissão para se encarregar da catequese dos índios guaranis, que a turma de exploração havia encontrado ao lado da picada...” (BRITO, s/d: 60-62).

Em uma obra relativamente recente, datada de 1988, *Toledo e sua história*, os autores, sem apontarem a procedência de suas informações, afirmam que, nos primórdios da colonização recente, “é voz corrente que os primeiros habitantes do Oeste do Paraná foram os índios tupis-guaranis” (BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988: 24-25). Creditam este dado ao fato de que os nativos são o primeiro segmento populacional a travar contato com os *desbravadores* que se embrenham por estas fronteiras.

Sua fonte basilar, se não a única, parece ser uma tradição oral imprecisa quanto aos fatos que lhe prestam substrato. Em conformidade com os indicativos desta memória, a incidência dos Guarani nestas terras resulta de uma migração dos índios, que saem do Paraguai e se deslocam em direção ao Brasil no final do século XVII. O meio de acesso à região é o rio Paraná, transposto na altura das Sete Quedas.



Simultaneamente, os autores de *Toledo e sua história* refletem acerca do processo migratório supostamente levado a efeito pelos indígenas no século XVII e especulam sobre outras teorias respectivas ao lugar de origem dos Guarani. Aludem a Rocha Pombo, ainda que sem referenciar devidamente a assertiva que a ele imputam, de que “guaranis degradados, quase tapuias (...) migraram dos Campos de Guarapuava para os sertões do Oeste” (BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988: 24-25). Em consequência, conjecturam, que, caso sejam coerentes as premissas defendidas por Rocha Pombo, os Guarani que povoam este território, quando da sobrevivência dos *conquistadores* contemporâneos, materializam a conjugação de duas frentes de migração indígena de origens distintas.

Asseguram também que, no decorrer dos últimos anos que antecedem a fixação massiva de colonos sulistas neste setor do Paraná, é possível avistar um grande número de aldeias guaranis, “localizadas ao longo da estrada que, partindo de Porto Alica, passava por Bue Caé e Santa Cruz, indo até Campo Mourão. Justamente o trecho geográfico onde hoje se situam Toledo e comunidades circunvizinhas” (BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988: 24-25).<sup>3</sup>

É necessário registrar que os autores do estudo a respeito do qual se está a versar são partícipes da colonização recente do Oeste. Consistem em exemplos cabais da categoria, a que a historiografia voltada para temas regionais convencionou denominar de *pioneiros*. O resultado do conhecimento que elaboram reflete sua condição; exemplo disto é a apologia do empreendimento colonizatório, evidente no trabalho. Este aspecto, no entanto, não invalida seu valor documental, acrescido ao fato de que, nas raras e de certa forma equivocadas vezes em que mencionam as populações indígenas, cooperam na constatação da presença dos Guarani neste espaço geográfico. Somam-se os indícios.

Dentre as fontes escritas passíveis de consulta, tributárias na ratificação do Oeste paranaense como parte do território tradicional dos Guarani, a mais expressiva é uma Escritura Pública de Declaração (DOC. 36,

---

<sup>3</sup> Observar o Mapa 3 na página 142.



06.02.1990), documento que *traduz* os resultados do trabalho arqueológico desenvolvido pela equipe do Professor Igor Chmyz, autorizando o acesso a um cabedal riquíssimo de informações organizadas referentes à presença Guarani nestas terras. O professor Igor, Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR, coordena durante o período abrangido pelos anos de 1975 a 1983 o Projeto Arqueológico ITAIPU<sup>4</sup>, resultante de um convênio firmado entre a Binacional e o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Adotando como suporte documental os dados contidos na Escritura, é lícito reconhecer que, desde tempos imemoriais, diferentes parcialidades Guarani habitam os limites hoje definidos como região Oeste do Paraná. A pesquisa arqueológica alcança épocas extremamente remotas, não obstante, em virtude da circunscrição temporal determinada para este estudo, avalia-se pertinente restringir as atenções para etapas mais próximas daquelas em que ocorrem os eventos que são objetos do presente estudo.

Destarte, conforme esboço constante no item 3.1, inicia-se com uma breve explanação relativa ao final do século XIX. Neste momento, alega-se haver a intenção do Governo Imperial em *nacionalizar* estes sítios, submetendo-os aos ditames dos poderes centrais. Os propósitos de abasileiramento se mostram no mínimo incongruentes, uma vez que o Estado inaugura seu trabalho com a concessão de terras da região à companhias estrangeiras, empresas que, caracterizadas pelas atividades extrativas e predatórias, empregam em grande parte mão-de-obra Tupi-Guarani, num regime de semi-escavidão. Segundo Chmyz, tal forma de contato leva a uma “desestruturação social e cultural acentuada” (DOC. 36, 06.02.1990: 2).

A magnitude do significado, para a sociedade indígena, da utilização indiscriminada e, muitas vezes, compulsória de sua força de trabalho é

---

<sup>4</sup> O Projeto Arqueológico ITAIPU está concluído e publicado, consistindo num trabalho de extrema relevância sobre diversos aspectos da história e arqueologia do Oeste Paranaense, devidamente referenciado no item BIBLIOGRAFIA CITADA E FONTES PUBLICADAS. Neste estudo, todavia, opta-se pelo emprego dos informes incluídos na Escritura Pública mencionada, reputando-se que a mesma consiste numa sistematização da pesquisa arqueológica levada a efeito.



bem como nas províncias de *Misiones* e *Entre Rios* na Argentina e Leste paraguaio.

É possível localizar comunidades *Ñandeva* em múltiplos domínios apreendidos como seus territórios tradicionais. Dentre esses, inclui-se o setor que abrange as terras próximas ao Rio Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, e a serra de Maracaju, que se estende pelo Sudeste paraguaio, até atingir o rio Jejuí. No Paraguai, eles fixam aldeias nas cercanias do rio *Acaray*. Eles também percorrem as margens dos rios Paraná e Iguazu, alastrando-se em direção ao Leste, alcançando as cabeceiras dos rios Piquiri, Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Permanecem, outrossim, alguns assentamentos deste subgrupo no litoral e no interior do Estado de São Paulo.

No caso do Oeste paranaense, os *Ñandeva* consideram como seu o território que separa as cidades de Foz do Iguazu e Guaíra, às margens do rio Paraná e seus afluentes, compreendendo aproximadamente 20000 quilômetros quadrados.<sup>6</sup> O avanço dos *brancos*, em suas diferentes fases de expansão, no entanto, restringe sobremaneira, os espaços em que lhes é permitido estabelecer aldeias ou simplesmente caminhar. Processo semelhante se passa entre grupos *Mbyá*, que não tendo o Oeste como área tradicional, são compelidos por força das frentes de conquista a migrarem até estas paragens.

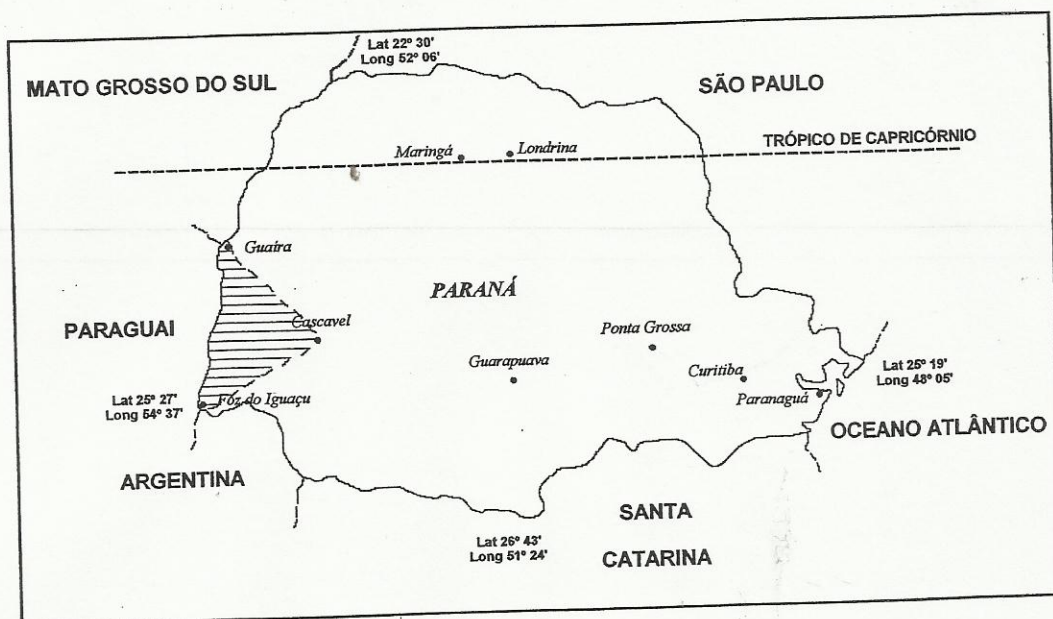
O cerceamento paulatino dos locais passíveis de ocupação pelos povos indígenas faz com que estes se dirijam à beira do rio Paraná, instituindo aldeias nas bordas de alguns de seus afluentes, provavelmente desde os anos de 1960, “compondo o *tekohá guasu* de Jacutinga, formado por grupos familiares assentados nas margens dos rios Jacutinga, *Oco’y*, *Guaxirõ*, *Guaxirõ’y*, Bela Vista, *Pirito*, *Passo Kuê* e Porto Irene” (DOC. 63, 14.10.1995). Conclui-se, por conseguinte, e até aqui exclusivamente a partir de documentos escritos, produzidos com base em interesses de segmentos diversos da sociedade nacional, sobre a pertinência de reconhecer a legitimidade do Oeste paranaense como espaço tradicional dos Guarani.

Outros fatores, essenciais, a confirmarem a realidade da permanência dos Guarani na região, são os depoimentos dos índios no *Oco’y*. A

<sup>6</sup> Ver Mapa 1 na página seguinte.



## Mapa 1 - ESTADO DO PARANÁ E ÁREA DE ESTUDO



A área de estudo situa-se ao longo do Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Guaíra (parte hachurada)

FONTE: Atlas do Estado do Paraná, 1987: 4.

ORGANIZADO POR: PFLUCK, Lia Dorotéa, maio/2002.



partir dos subsídios proporcionados pelos informantes é possível a elaboração de uma tabela<sup>7</sup> demonstrativa. Nesta, são apresentados dados relativos ao número de aldeias que os indígenas alegam existir antes de 1940, a denominação de tais áreas, sua localização diante da configuração geográfica atual do Oeste, e, por fim, o número aproximado de famílias que as constituem.<sup>8</sup>

É inegável que os dados angariados se apresentam por vezes incompletos. Pondera-se, todavia, que a despeito dos lapsos da memória e da dificuldade representada pela diversidade cultural, as narrações dos velhos Guarani proporcionam um conhecimento dificilmente impetrado através de outras vias.<sup>9</sup> Apesar de estar se tratando de um tempo tão remoto, afinal são mais de sessenta anos passados, estima-se que o principal mérito das palavras colhidas é corroborar a presença e dispersão dos Guarani por todo o Oeste, anterior às primeiras frentes de migrantes nacionais, desqualificando qualquer hipótese de *vazio demográfico*.

### 3.3 O ESPAÇO: UMA ARTE DE FAZER

Os representantes da sociedade nacional que assolam estas paragens assumem facetas variadas, de acordo com o contexto em que estejam inseridos, tendo em comum, no entanto, a apropriação desordenada das terras indígenas. Desta forma, o assentamento de aldeias, bem como a materialização de sua

<sup>7</sup> Observar Tabela 1 na página seguinte.

<sup>8</sup> Com base nestas informações, por vezes um tanto imprecisas, aliadas a outras fontes, é possível organizar mapas que autorizam apreciar o grau de ocupação e dispersão dos Guarani no Oeste do Estado do Paraná, divisando, ainda, o número de aldeias que são submersas como resultado da formação da represa de ITAIPU. Neste sentido, é interessante cotejar os dados apresentados com os Mapas 2, 3 e 4, nas páginas 141, 142 e 143 respectivamente.

<sup>9</sup> Estes informes são coletados informalmente pelo professor Evaldo Mendes, docente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, por meio de incontáveis diálogos com alguns membros mais idosos da comunidade. O professor é mestre em antropologia social pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e está cursando seu doutoramento no Museu Nacional/UFRJ. Neste ano de 2002, ele se encontra realizando pesquisa de campo na Área Indígena, salientando-se que os dados obtidos durante as conversas são anotados em diários de campo e cotejados com as afirmações de outros informantes.